

UMA SÓLIDA INSTRUÇÃO FUNDAMENTAL PARA FORMAR CIDADÃOS: HISTÓRIA DAS ORIENTAÇÕES SOBRE PRÁTICAS CURRICULARES DE UMA “ESCOLA EXEMPLAR” EM CAMPO GRANDE-MT, AO FINAL DA DÉCADA DE 1930

Eurize Caldas Pessanha
Fabiany de Cássia Tavares Silva

Resumo

O presente trabalho apresenta um recorte dos resultados obtidos em pesquisa, focalizando a história das orientações sobre práticas curriculares do Liceu Campograndense, fundado em 1930 e hoje conhecido como Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado. Tomamos como objetivo analisar como no Liceu Campograndense foram organizadas as práticas curriculares visando ministrar aos seus alunos sólida instrução fundamental que os habilite a desempenhar cabalmente os deveres de cidadãos. Para isso, analisamos o primeiro regulamento da escola e as atas de reuniões de Congregação dos quatro primeiros anos de seu funcionamento. Concluiu-se que as orientações para a realização das atividades, tarefas e eventos sociais traziam uma intencionalidade explícita, ou implícita, de viabilizar uma imagem de referência para a sociedade local.

Palavras-chave: Cultura escolar; Currículo; Práticas Curriculares; Instituições escolares; escolas exemplares.

A SOLID ELEMENTARY EDUCATION TO FORM CITIZENS: THE HISTORY OF THE ORIENTATION TOWARDS CURRICULUM PRACTICES OF AN “EXEMPLARY SCHOOL” IN CAMPO GRANDE – MT, AT THE END OF THE 1930S

Abstract

This paper shows part of the results obtained during a research, focusing the history of the orientation to curriculum practices at “Liceu Campograndense”, founded in 1930 and known, nowadays as Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado. Our goal was to analyse how the curriculum practices had been organized at Liceu Campograndense with the aim of making their students achieve a

solid elementary education, which would enable them to carry out perfectly their obligations as citizens. For this reason, we investigated the first school regulation and minutes from the school teachers Council meetings of the first four years after its opening. We concluded that the instructions towards the activities, tasks and social events brought an explicit or implicit intentionality of enabling an image of reference to the local society.

Keywords: School Culture; Curriculum; Curriculum practices; Schools; Exemplary schools.

UNA SÓLIDA INSTRUCCIÓN FUNDAMENTAL PARA FORMAR CIUDADANOS: HISTORIA DE LAS ORIENTACIONES SOBRE PRÁCTICAS CURRICULARES DE UNA "ESCUELA EJEMPLAR" EN CAMPO GRANDE-MT, A FINALES DE LA DÉCADA DE 1930

Resumen

El trabajo presenta parte de resultados de investigación concluida, focalizando, desde una perspectiva histórica, las orientaciones sobre prácticas curriculares del Liceu Campograndense, fundado en 1930 y hoy conocido como Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado. Tiene por objetivo analizar cómo se organizaron las prácticas curriculares en el Liceu Campograndense, con la pretensión de ofrecer a sus alumnos sólida instrucción fundamental que los habilite para desempeñar cabalmente los deberes de ciudadanos. Para eso, se examinaron el primer reglamento de la escuela y las actas de reuniones de la Congregación de los cuatro primeros años de funcionamiento. Se concluye que las orientaciones para la realización de las actividades, tareas y eventos sociales tenían una intencionalidad explícita, o implícita, de viabilizar una imagen de referencia para la sociedad local.

Palabras clave: Cultura escolar; Currículo; Prácticas Curriculares; Instituciones escolares; escuelas ejemplares.

UNE SOLIDE INSTRUCTION FONDAMENTALE POUR FORMER DES CITOYENS: L'HISTOIRE DES PRATIQUES SCOLAIRES D'UNE "ÉCOLE EXEMPLAIRE" À CAMPO GRANDE – MT (BRÉSIL) À LA FIN DE LA DÉCADE DE 1930

Résumé

Cet ouvrage-ci presente un découpage des résultats obtenus en recherche, en focalisant l'histoire des orientations sur les pratiques scolaires du Lycée Campograndense, fondé en 1930 et aujourd'hui

École Maria Constança de Barros Machado. L'objectif c'est d'analyser comment les pratiques scolaires, avec le but d'apprendre aux élèves une solide instruction fondamentale laquelle les habilite à accomplir entièrement les devoirs de citoyens, ont été organisées au Lycée Campograndense. Pour cela, nous avons analysé le premier règlement de l'école et les actes des réunions de la Congrégation des quatre premières années de fonctionnement. On a conclu que les orientations pour la réalisation des activités, des tâches et des événements sociaux apportaient une intentionnalité explicite, ou implicite, de rendre viable une image de référence pour la société locale.

Mots-clés: Culture scolaire; cursus; pratiques scolaires; institutions scolaires; écoles exemplaires.

Introdução

Com o objetivo de realizar um estudo comparativo sobre a cultura escolar de instituições escolares “exemplares” constituídas no processo de urbanização e modernização das cidades brasileiras no período de 1880 a 1970, articulou-se projeto interinstitucional de pesquisa¹ em torno da hipótese de que algumas escolas foram percebidas como “escolas exemplares” pelos grupos sociais que se expressavam como “elites” em determinados momentos históricos.

De formas diferentes, em algum momento de sua história, cada cidade foi considerada estratégica em sua região e essa situação impulsionou seu desenvolvimento. Nesse processo, as escolas “exemplares”, foram produzidas como forma de completar esse desenvolvimento e essa posição estratégica². Nesse sentido, o lugar da escola no tempo da cidade permitiu perceber como a história da cultura escolar de cada uma delas esteve imbricada na história da cidade.

¹ Financiado pelo CNPq, desenvolvido de 2005 a 2007, envolvendo o estudo das seguintes “escolas exemplares”: o Liceu de Humanidades de Campos, em Campos do Goytacazes/RJ; o Grupo Escolar Conde de Parnaíba, em Jundiá/SP; o Ginásio Mineiro de Uberlândia/MG e o Colégio Estadual Campo-Grandense ou o “Maria Constança”, em Campo Grande/MS

² Periodização iniciada com a data de fundação da mais antiga entre as escolas analisadas, o Liceu de Humanidades de Campos, e terminando no último ano antes da implantação da lei 5692, de agosto de 1971, que alterou profundamente as características do ensino secundário, transformando os antigos Colégios e Ginásios em “Escolas de 1º Grau” ou “1º e 2º graus”. A Lei 5692 de 1971 organizou o ensino brasileiro em três graus: 1º Grau (incorporando os antigos cursos Primário e Ginásial); 2º Grau (antigo Ensino Médio) e 3º Grau (antigo Ensino Superior). Com essa nova organização, desapareceram os Grupos Escolares e os Ginásios.

Uma das chaves de análise da “exemplaridade” das quatro escolas, baseada nas fontes localizadas nos arquivos escolares e em entrevistas ou depoimentos de alunos, ex-alunos, professores, ex-professores e diretores, foi “organização curricular, manuais e práticas escolares” (PESSANHA et al. 2007).

Da análise das fontes³ depreendeu-se que a “exemplaridade” dessas escolas se expressava também no alinhamento às grandes finalidades educacionais dos períodos em que iniciaram suas atividades, em especial, a disseminação de saberes elementares, científicos. Comparativamente, as escolas secundárias estudadas⁴, o Liceu de Humanidades de Campos, o

³ O arquivo da escola contém atas, relatórios, memoriais, fichas funcionais dos professores, ofícios recebidos e expedidos, bem como outros documentos avulsos estavam encadernados juntos nos livros relatórios; esses livros foram organizados seguindo uma ordem cronológica.

⁴ Cabe registrar que uma das muitas questões com que nos defrontamos foi a decisão sobre a forma com a qual iríamos nos referir a cada escola. Todas elas tiveram alterações em seus nomes, principalmente devido às mudanças impostas pelas mudanças na legislação. No entanto, sendo “escolas exemplares”, independente das mudanças legais, cada cidade “adota” um nome para a sua escola e é com esse nome que a ela se refere e é reconhecida. Por incrível que pareça, a mais antiga das escolas estudadas, o Liceu de Humanidades de Campos, sempre foi conhecida como Liceu, tanto nos documentos mais antigos quanto nas entrevistas mais recentes, o que tornou fácil referir-se à mesma como Liceu, Liceu de Humanidades de Campos, ou LHC. Para as demais escolas, não foi tão simples: o Grupo Escolar Conde do Parnaíba, fundado em 1906, hoje Escola Estadual Conde de Parnaíba, é conhecido na cidade como o “Conde”; a escola de Uberlândia, nasceu como “Gymnásio de Uberabinha” e é hoje conhecida como Escola Estadual de Uberlândia, mas alguns moradores a ela se referiram como Museu; a Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, denominação atual, foi instalada em 1939, como Liceu Campograndense, mudando para Colégio Estadual Campograndense em 1953, mas, pelas entrevistas com ex-alunos e ex-professores, duas denominações surgiram – Colégio Estadual e Maria Constança, a primeira mais usada pelas pessoas mais velhas que, quase sempre, se corrigiam e se referiam ao Colégio Maria Constança. Numa tentativa de uniformizar e facilitar o reconhecimento de cada escola, procuramos utilizar a denominação que nos pareceu mais pertinente, assim é que, salvo registros históricos específicos: a escola de Campos dos Goytacazes é o Liceu; a escola de

Colégio Estadual de Uberlândia e o Colégio Maria Constança alinham-se na característica de unir formação cívica e preparação para ingresso ao ensino superior, como oportunidade de manutenção ou de ascensão social. O Grupo Escolar Conde do Parnaíba, manteve forte em suas tradições a formação cívico-patriótica, bem como, apontava continuidade de estudos para seus alunos com melhores condições sócio-econômicas em nível ginasial.

O presente trabalho apresenta um recorte dos resultados obtidos focalizando a história das orientações sobre práticas curriculares de uma das escolas estudadas: o Liceu Campograndense, fundado em 1939 e hoje conhecida como Escola Maria Constança Barros Machado. Essa análise se sustenta em uma compreensão alargada de currículo, baseada nas idéias de Goodson (1999 e 2003) e Hamilton (2002), que só é possível ancorada no conceito de cultura escolar, tendo como referências Forquin (1993), Julia (2001 e 2002) e Viñao Frago (1996, 1998 e 2000); na história das disciplinas escolares proposta por Chervel (1990 e 1999) e na história das instituições escolares de Magalhães (2004) e Souza (2005).

Pesquisar, portanto, a história de uma instituição educativa é também um exercício de regressividade, que ocorre de forma interessante e complexa, pois, cada instituição desenvolve suas próprias interpretações de leis e normas, baseada em sua realidade. Uma mesma legislação pode ter várias interpretações e produzir diferentes práticas, a depender da estrutura física da escola, de seus professores, alunos e corpo técnico (administrativo).

A estrutura de uma escola, portanto é ampla e ordenada por relações conscientes impostas pela racionalidade do poder

Jundiá é o Grupo Escolar Conde de Parnaíba; a escola de Uberlândia é a Escola Estadual de Uberlândia e a escola de Campo Grande é o Colégio Maria Constança.

público e outra que se constitui nas micro relações estabelecidas como grupo social com sua própria lógica interna.

A história do currículo pode ser tomada como eixo articulador da história das instituições escolares, já que o currículo é um dos fatores que possibilitam conhecer tanto os processos de homogeneização da educação institucionalizada de um modo geral, como a realidade interna dos processos de escolarização.

O currículo surge como organizador de um processo educacional formal que engloba conteúdos, métodos, práticas e finalidades de ensino, cuja definição e constituição expressam as aspirações e os objetivos da sociedade em relação à escolarização, que tem a escola como local específico.

Por fim, oferece pistas para identificar as relações entre a escola e sociedade “porque mostra como escolas tanto refletem como refratam definições da sociedade sobre conhecimento culturalmente válido em formas que desafiam os modelos simplistas da teoria da reprodução”(GOODSON, 1999, p.118).

O Colégio Maria Constança: alguns elementos que definem sua história

O colégio Maria Constança foi criado, pelos interesses dos grupos sociais da época, com o propósito de possibilitar o prosseguimento nos estudos ginasial e o acesso aos cursos superiores. Assim procurava manter, segundo seus valores, uma boa qualidade de ensino, por meio do seu quadro docente, e da materialidade de seu currículo.

Ao que parece conseguir vaga e matricular-se no Maria Constança não era uma tarefa fácil. Catulo afirma que isso ocorria, porque era uma instituição pública e o ensino era de boa qualidade, tanto que os “exames de admissão eram muito concorridos, geralmente entravam os alunos da Escola Benfica e Visconde de Cairu, a classe média alta, diz, ainda, que poucos eram egressos da Escola Estadual Joaquim Murтинho”. Em pouco tempo, o Maria Constança passou a ser a escola de referência da

cidade. Tanto que o ex- professor Catulo diz: “[...] alguns pais se propunham a pagar para outro aluno de poder aquisitivo mais baixo, para que este estudasse no D. Bosco e deixasse a vaga para seu filho, pois estudar no Estadual era garantir a entrada na universidade”. (ADIMARI, 2005, p.105-106)

Diante disso, percebe-se um processo educacional pautado em práticas curriculares muito particulares, tais como as atividades, tarefas e eventos sociais vivenciados pelo grupo de professores e alunos, com a intencionalidade explícita ou implícita de viabilizar uma imagem de referência para a sociedade local.

[...] o Colégio, na década de 1960, era bastante conhecido mesmo que pelo seu aspecto físico, Além de ter certa visibilidade social, por meio dos eventos públicos, dos desfiles e da participação dos alunos em apresentações esportivas e culturais (ROCHA, 2007, p.14).

O espetáculo e a importância do Colégio para a cidade de Campo Grande, podiam ser constatados desde 1961 nos desfiles de 26 de agosto e 7 de setembro, na principal rua do centro da cidade, Rua 14 de Julho, contando com um grande público. Nesses desfiles o Maria Constança mostrava os resultados esportivos, com as alunas desfilando com o uniforme de Campo Grande e ostentando placas e faixas com as vitórias conquistadas nos Jogos Noroestinos. (BRAGA, 2006, p. 92)

Podemos acrescentar a essa importância social uma tentativa de valorizar o sentimento de civismo por meio da organização dos desfiles em datas comemorativas. No Colégio isso ficava claro na representatividade social e reconhecimento dela por parte das figuras ilustres da política e da sociedade:

(...) Magnífica apresentação teve o Estabelecimento, graças aos esforços dos professores Alcídio Pimentel, Hermínia Grise e Jairo Alves Fontoura (...), dando aulas de ginástica rítmica às alunas que saíram de balisas, do sgt. Alírio Leitum que ensaiou os rapazes da fanfarra (...).

O Governador do Estado, o Sr. Dr. Fernando Corrêa da Costa e seu Secretário de Educação Dr. Lemos Rodrigues de Alcântara, que assistiram ao desfile, ao chegar em Cuiabá telegrafaram à Diretora Prof. Maria Constança Barros Machado congratulando com o Estabelecimento pela ótima apresentação e mandado registrar na ficha dos professôres acima citados os elogios de que são merecedores. (Grafia mantida do original - BRAGA, 2006, Anexo 25).

Na interpretação dessa orientação buscamos a expressão de uma cultura própria, um conjunto de significados e comportamentos, costumes, rotinas, rituais conservados e reproduzidos e partilhados, na qual alunos, professores, pais, funcionários desempenham papéis claramente definidos para cada grupo que a compõe, bem como a interação entre esses grupos, seus interesses e as relações de poder.

[...] cada escola enquanto grupo social mantém um certo grau de autonomia interna, uma ordem que lhe é específica, similar à de muitas outras escolas, diferente de outros tipos de grupos, uma vez que os papéis de professores e alunos são essencialmente diferentes dos papéis dos membros de quaisquer outros grupos, e que a organização e estrutura da escola não podem ser incorporadas às de qualquer outro grupo (ZNANIECKI apud CANDIDO, 1971, p.108-9).

Nessa direção, no presente trabalho tomou-se como objetivo analisar como os fundadores do Liceu Campograndense pretenderam organizar as práticas da escola para ministrar aos seus alunos sólida instrução fundamental que os habilite a desempenhar cabalmente os deveres de cidadãos. Para isso, foram analisados os artigos do primeiro regulamento da escola e as atas de reuniões de Congregação dos quatro primeiros anos de funcionamento da escola onde estão registradas as normas complementares relativas às práticas curriculares.

Embora o Colégio tenha sido criado pelo Decreto 229 de 27 de dezembro de 1938, e tenha sido instalado “solenemente” em dezoito de março de 1939 sob o nome de “Liceu Campograndense” (Ata de instalação solene, 1939), segundo a Síntese Histórica incluída no Relatório de inspeção de 1956, começou a funcionar regularmente no ano de 1939, sem inspeção prévia. No início de 1940, obteve inspeção prévia, funcionando por um mês mas foi mandado fechar pelo Departamento Nacional de Educação. Em 1941, obteve outra inspeção prévia, mas não funcionou, reabriu em 1942, com as duas primeiras séries, com duas turmas de 1ª série porque o número de matriculados excedia o número regulamentar de alunos.

REGULAMENTO DO LICEU CAMPOGRANDENSE

Palácio do Governo do Estado em Cuiabá, 21 de janeiro de 1938, 117 da Independência e 50 da República - (a) J. Muller (b) J. Ponce. (AEEMCBM)

Vale destacar, que estamos tomando a legislação como uma prática ordenadora das relações sociais (cf. FARIA FILHO, 1999). Diante disso, examinamos Decretos, Regulamentos como formas discursivas de intervenção social e de produção de práticas curriculares.

O Decreto 229, que criou a escola, aprovou também seu primeiro Regulamento que definia, em seu artigo primeiro as finalidades da instituição: Art 1º O Liceu Campograndense é um estabelecimento de ensino secundário, mantido pelo Estado de Mato Grosso, e tem por fim ministrar aos seus alunos sólida instrução fundamental que os habilite a desempenhar cabalmente os deveres de cidadãos. (grifos nossos)

O controle disciplinar da organização curricular

Para Goodson (1997), o currículo escrito é a institucionalização do que será ensinado, isto é, sua organização, a

padronização, se encontrando cristalizado nas legislações - a fonte para as análises, neste estudo. É ele que legitima as práticas escolares e padroniza os elementos que compõem tais práticas, embora exista uma distância entre o que ocorre efetivamente em sala de aula e o que é determinado pelo currículo escrito.

Entendemos que a organização curricular no/do Colégio encontra no Regulamento seu caráter mais disciplinador, ancorados no encontro da prescrição das disciplinas escolares, na temporalização das aulas, na prática de avaliação e na escolha dos livros didáticos. A estrutura de uma escola, portanto é ampla e ordenada por relações conscientes impostas pela racionalidade do poder público e outra que se constitui nas micro-relações estabelecidas como grupo social com sua própria lógica interna.

O Capítulo I do Regulamento Do fim do Liceu, seu curso, programas e horários, deixa claras as propostas de organização do tempo escolar e de conteúdos e metodologia do ensino.

As disciplinas a serem lecionadas são enunciadas no Artigo 2º bem como o número de séries e a dedicação que se espera do aluno, complementado pelo Artigo 3º, que distribui as disciplinas por serie:

Art 2º O regimen do Liceu é o de externato e o seu curso integral compreenderá as seguintes disciplinas, lecionadas em 5 séries: Português, Francês, Inglês, Latim, História da Civilização, Geografia, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Física, Química, História Natural, Desenho, Música e Trabalhos Manuais, Educação Física.

No Artigo 8º, a distribuição do tempo é detalhada tanto em sua distribuição no calendário anual quanto na duração das aulas e turnos.

Art 8º

a) as aulas deverão durar 50 minutos, havendo entre uma e outra o intervalo obrigatório de 10 minutos.

b) manter-se-á, quanto possível, o intervalo de 48 horas entre as aulas da mesma disciplina em cada turma, quando as aulas semanais não excedam de três.

Art 9 ° O serviço das aulas começará, no primeiro período letivo, de 15 de março a 14 de junho, às 8 horas; e no segundo período, de 1 de julho a 30 de novembro, às 7 ½ da manhã.

Merece registro a menção ao Colégio Pedro II, modelo de excelência a ser seguido, Artigo 4º O ensino e os programas do Liceu Campograndense deverão ser os adotados no Colégio Pedro II, bem como o destaque dado aos exames, objeto do Capítulo V, especificando-se que haveria quatro provas escrita parciais, maio, julho, setembro e novembro e uma Prova final – banca examinadora com 3 professores registrados no DNE (art 58).

Ao considerarmos essa organização curricular fundada na disciplinarização, estamos diante da idéia de que essa é formadora da mente, ligada ao conceito de currículo como prescrição e determinante do que e como se deveria ensinar, ligada estreitamente a noção de organização e controle social.

Embora no Capítulo VIII – métodos e processos pedagógicos, defina-se que *os professores tem ampla liberdade na explanação das matérias que lecionam obedecendo ao programa nacional de ensino secundário e às disposições regulamentares a que estão sujeitos, orientados pelas instruções baixadas pela portaria 142 de 24 de abril de 1939 do DNE em seu item 80*, havia orientações detalhadas que estabeleciam os limites dessa ampla liberdade.

Exemplo disso é flagrante nos registros sobre o processo de escolha dos livros didáticos, previsto no Regulamento:

Art 5 No fim de cada programa de ensino poderão ser indicados os compêndios ou obras de qualquer gênero, que os professores julgarem recomendáveis para os alunos que vão seguir o curso, não sendo, porém, permitida a inclusão de livros esgotados e não em via de reimpressão.

Art 6º Os programas adotados serão impressos e anexados em apêndice a este regulamento, de modo que possam ser distribuídos no início das aulas.

Como Rocha identificou,

Os livros didáticos eram escolhidos a partir de uma lista publicada pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), a quem competia examinar os livros apresentados para análise e proferir um julgamento favorável, ou não, para autorização de seu uso. Para fazerem parte da lista publicada, os livros não deveriam conter de forma alguma conteúdos que atentassem contra a unidade, a independência ou a honra nacional; pregação ideológica ou indicação de violência contra o regime político adotado na Nação; conteúdos que envolvessem ofensa ao Chefe de Estado ou autoridades instituídas; que desprezassem os símbolos nacionais ou insinuasse pessimismo em relação ao futuro do Brasil; que incitasse ódio às raças ou nações estrangeiras e que despertasse ou alimentasse a oposição e a luta entre as classes sociais; que atentasse contra a família ou pregasse contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais (2007, p.64-65).

O livro didático explicita o currículo escolar, e não só para os alunos e professores, mas também para a comunidade que por meio dele pode identificar os conhecimentos e informações valorizados pela escola.

Percebemos que a escolha dos livros didáticos expressa uma proposição curricular, contudo, o currículo não é um “algo abstrato”, produzido à margem da escola, nem um objeto estático produzido assepticamente pelo sistema educativo. Sua configuração em conteúdos e métodos é influenciada também pelas crenças, reflexos das experiências, pela prática educativa passada e repassada ao longo do tempo. O currículo é expressão da função de socialização cultural da escola e também das opções sociais e culturais feitas por uma determinada sociedade.

O currículo escolar ao apresentar a seleção dos conteúdos a serem transmitidos na escola, organiza os horários de aulas, as disciplinas por séries, bem como estabelece a lógica e o método, buscando a operacionalização e a concretização do ensino.

No Colégio Maria Constança, o horário das disciplinas escolares seguia a divisão prescrita pela Diretoria do Ensino Secundário, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. A divisão dos horários era realizada por série e por disciplina, cada aula com duração de 50 minutos, com um intervalo de 10 minutos entre a terceira e a quarta aula (ROCHA, 2007, p.61).

Dessa forma, a distribuição do número de aulas, em todas as séries, privilegiava as disciplinas do currículo clássico de preparação para o curso superior, com ênfase no ensino de português, história, geografia, ciências e matemática (ROCHA, 2007, p.62-63).

A fim de atender e fazer cumprir os seus objetivos, e até mesmo para controle de seu movimento interno, o Colégio parecia manter uma organização burocrática: planos de estudo, diários de classe, fichas de alunos e professores, avaliações, exames, qualificação e classificação.

Zotti (2004) explica que o termo currículo, inserido no campo pedagógico, passou por diversas definições ao longo da história da educação. Tradicionalmente o currículo

[...] significou uma relação de matérias/disciplinas com seu corpo de conhecimento organizado numa seqüência lógica, com o respectivo tempo de cada uma (grade ou matriz curricular). Esta conotação guarda estreita relação com “plano de estudos”, tratado como o conjunto das matérias a serem ensinadas em cada curso ou série e o tempo reservado a cada uma (p. 01).

Ao considerarmos que o currículo é traduzido em uma proposta fechada, o tempo e o espaço escolares tornam-se um sistema de transmissão de saberes, intimamente ligado ao funcionamento disciplinador.

O tempo não só estabelece a socialização dos indivíduos, como representa uma ordem que se experimenta e se apreende na escola. Conforme Souza (2000), a escola impõe hábitos de pontualidade, ordem e aproveitamento máximo do tempo – aprendizagens importantes para a vida e traz no seu bojo uma função de disciplinamento. O espaço é aquele que caracteriza a escola como lugar específico do ensino, e o tempo escolar é o que organiza e conforma as atividades no interior da escola e fora dela, tempo que é individual e institucional, condicionado e condicionante de outros tempos sociais (VIÑAO FRAGO, 1998).

No tocante ao espaço do Colégio Maria Constança registramos que iniciou suas atividades em um local provisório e no ano de 1954 fixou-se em uma sede que se tornou um marco na paisagem urbana de Campo Grande (ARRUDA, 1999). Não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, têm de ser examinados como elemento curricular.

A produção do espaço escolar no tecido de um espaço urbano determinado pode gerar uma imagem da escola como centro de urbanismo racionalmente planejado ou como uma instituição marginal e excrescente. (ESCOLANO, 2001, p.28) No entanto, ao analisar um dos Relatórios da Escola, registramos algumas leituras problematizadoras no que diz respeito a esse espaço próprio para escolarização:

INSTALAÇÕES: atendem razoavelmente as necessidades do ensino. As salas de aulas são em número insuficiente e pequenas.

HIGIENE: satisfaz plenamente, permitindo visita a qualquer hora do expediente e atende mesmo aos mais rigorosos.

SANITÁRIOS: muito bem construídos, necessitando de reparos nas válvulas hidras. (Relatório n. 1, 1962)

Ainda, no mesmo relatório:

[...] possui uma sala ambiente, a de ciências, que está sendo improvisada para química, física e história natural, com inúmeras falhas. Ainda não possui salas de desenho trabalhos manuais, geografia e história e de línguas vivas, conforme exige o Ministério da Educação e Cultura. [...] É de grande necessidade a construção de um forno para queimar trabalhos feitos de barro, que são verdadeiras obras de arte.

As salas de aulas são espaços nos quais se desenvolvem as chamadas atividades educativas programadas de instrução e formação, onde mais especificamente se desenvolve o currículo escolar. A necessidade das salas ambientes aponta para o cumprimento de uma legislação educacional que propõe um currículo, mas que não supre as condições de efetivação do mesmo. Além do fato das salas serem insuficientes e pequenas, sem pressupor um grande fluxo de alunos para a escola.

A instituição educativa deveria ser um modelo de civilização e de progresso, seu espaço representaria e incentivaria a ordem, a disciplina e a eficiência, e, dessa forma, “reforçar valores morais relacionados a padrões de comportamento considerados civilizados” (SOUZA, 1998, p.142).

Entendendo a escola como locus de privilégio das relações de poder sobre as de saber, formada por espaço fechado, tempo escolar e um sistema de transmissão de saberes intimamente ligados ao funcionamento disciplinador, pode se encontrar no Maria Constança o cruzamento desses sentidos – esporte, competição, desfiles e espetáculos – como uma tentativa

de construção de uma nova cultura. O que tentamos traduzir no próximo item.

Escola como centro social, esportivo e cultural da cidade

A história de uma instituição educativa envolve o contexto histórico social, as relações de poder, a cidade, os professores, o papel da instituição na sociedade, a relação escola, sociedade e as influências, e determinações de uma na outra.

Nesse sentido, uma das formas de interação entre essa escola e a sociedade eram as atividades sociais, esportivas, jogos, campeonatos e olimpíadas, bem como sua participação efetiva nos desfiles realizados nas datas cívicas nos quais apresentava a fanfarra.

Exemplo dessa interação era o auditório da escola, pois esse espaço era mais do que um auditório escolar, era considerado o “teatro municipal”, ou seja, era utilizado para os eventos sociais importantes de Campo Grande.

Quanto ao projeto arquitetônico era considerado o orgulho dos usuários desse espaço escolar. O auditório é o grande destaque para a cidade. (...) Compreendi que a pedagogia do espaço escolar não se restringe ao trabalho cotidiano de alunos, professores e funcionários da escola, ela transcende aos muros e abarca a sociedade, numa silenciosidade que se quebra quando as culturas se cruzam nas práticas sociais realizadas no espaço escolar, tendo no auditório o lugar para tais realizações (ADIMARI, 2005, p.101-5).

A escola influenciando a cultura de uma cidade. Já para as competições esportivas (futebol de salão, basquete e voleibol), apesar de o Colégio ter quadra de esporte, foram utilizadas as quadras de dois clubes sociais tradicionais da cidade, o Rádio Clube que era o clube da elite de Campo Grande e se localizava próximo ao centro comercial e a União Beneficente dos Sargentos e Sub-Tenentes das Forças Armadas (UBSSFA), que era o clube

dos militares e se localizava no Bairro Amambaí, próximo à vila militar e ao Maria Constança.

Ou seja, o esporte na perspectiva de espetáculo deveria ser apresentado para dois públicos distintos em dois palcos também distintos: para a classe social alta, o Rádio Clube no centro da cidade, para a classe média, a UBSSFA no bairro Amambaí. (BRAGA, 2006).

Outra prática cujos registros indicam a existência de uma estreita relação entre a escola e a cultura da cidade foi constituída pelas atividades musicais como o Coral e a Fanfarra. Com relação à Fanfarra registrou-se que:

A Fanfarra do Maria Constança participava de concursos e desfiles cívicos, conseguindo sempre lugar de destaque. Para os alunos, tocar na Fanfarra do Colégio Estadual, posteriormente Escola Maria Constança, era uma honra – honra que consistia em levar o nome da “melhor escola”, da “melhor banda”. (CAMPOS, 2005)

Esses eventos proporcionavam ainda maior visibilidade da escola na cidade, o que é possível depreender da Portaria abaixo:

Portaria nº16/63

Srs. Profs.

A prof^a. M. Constança de B. Machado, diretora do Colégio Estadual Campograndense, usando das atribuições que o Regulamento lhe confere, tendo em vista, a magnífica apresentação do Colégio no desfile do ‘Dia da Cidade’ resultado do trabalho e cooperação dos professores e dos elementos de fora, Sgt^o. Leitem e Senhora Djanira Estevão Assis Brasil, esta Diretoria louva-o pela boa vontade, amor ao trabalho e esforços dispensados à consecução do êxito alcançado no citado desfile. Outrossim, apresenta os maiores agradecimentos pela colaboração espontânea aos dirigentes da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, à firma Penttegil e a todos os Pais de alunos que bondosamente contribuíram para que

o Colégio se apresentasse dignamente à altura que merece. Um aplauso aos alunos que tão bem souberam cumprir com os seus deveres no que concerne à ordem, à disciplina e obediência. O muito obrigada da direção a todos os discentes que acataram a ordem com carinho, respeito e patriotismo.

Diretoria do C.E.C. Campograndense. (Livro relatório 2, 1963, p. 16).

A instituição escolar é organizada, com papéis claramente definidos para cada grupo que compõe a organização: alunos, professores, pais e funcionários. A interação entre os grupos, os interesses e as relações de poder e as experiências sociais e culturais de cada grupo configuram, no interior da instituição, uma cultura própria, um conjunto de significados e comportamentos costumes, rotinas, rituais conservados e reproduzidos pela escola.

O esporte e os desfiles, transformados em espetáculo, tinham a aderência de grande número de alunos, pois, como já citado, no “desfile do dia da Pátria” (7 de setembro) de 1955 participavam “todos os alunos” (Anexo 3); no ano seguinte, na participação do Colégio nos desfiles de 26 de agosto (aniversário da cidade) e de 7 de setembro, tendo sido ministradas, anteriormente a esses desfiles, “sessões de treinamento de marcha”, muitos alunos participaram (Anexo 4). Em 1956 em uma competição esportiva no Colégio em comemoração ao dia do professor teve a “participação de grande número de alunos de ambos os sexos” (Anexo 4); na “Semana de Ginástica Moderna” em 1959, mais de 500 alunos de ambos os sexos do Maria Constança participaram (BRAGA, 2006, Anexo 1)

Aqui reconhecemos o valor dos esportes e dos desfiles como conteúdo pedagógico e espetáculo, com suas marchas, ordens unidas e patriotismo nas datas cívicas, típicos do militarismo. Para esses eventos havia um empenho muito grande

dos professores, principalmente de Educação Artística e Educação Física e da direção da escola, inclusive contando com o apoio do entorno da escola - pais de alunos e comunidade vizinha - na execução de tarefas.

Segundo Souza (1998), os ritos, festividades e apresentações e solenidades de encerramento, introduzidas no ensino público no Brasil a partir da escola primária republicana, divulgava os valores, os símbolos e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria, além de possibilitar a escola reafirmar sua identidade e seu valor social, divulgando o seu trabalho através dos próprios alunos.

Considerações no limite deste trabalho

○ currículo escrito proporciona-nos um testemunho, uma fonte documental, um mapa variável do terreno: é também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da educação. (GOODSON, 1997, p. 20).

Em diferentes momentos da história do currículo nesse colégio a disciplinarização concretizou a noção de ensino e de aprendizagem, muito embora não possamos inferir que alunos e professores não trouxessem suas experiências sociais e culturais para o interior de suas práticas. No entanto, para entendermos tal disciplinarização no contexto da cultura escolar, teríamos que mapear os interesses e habilidades demonstradas por eles, pelo ambiente social que se cria no interior da escola e que configura um conjunto de significados e comportamentos.

As práticas curriculares do Colégio Maria Constança demonstram a intencionalidade de valorizar a disciplina, a conduta exemplar dos alunos e o sentimento de civismo mediante a prática educativa da educação moral e cívica, por meio das datas comemorativas e das disciplinas de história e geografia. Tal postura era reforçada pelos professores e pela visibilidade e

credibilidade que a escola buscava junto à sociedade, nos eventos sociais e culturais promovidos pelo colégio com a participação de pais, alunos e professores.

A concretização do currículo na escola se dava pelas experiências sociais e culturais e pela interação dos seus membros, pelo ambiente social que se cria no interior da escola e que configura um conjunto de significados e comportamentos: costumes, rotinas, rituais conservados e reproduzidos pela escola, ou seja, pela cultura escolar, que é diferente e única em cada instituição.

Nos limites deste trabalho concluímos que o colégio Maria Constança construiu a história de seu currículo a partir de suas particularidades, isto é, buscava o destaque na sociedade, bem como afirmar sua identidade e seu valor social, divulgando o seu trabalho por meio dos próprios alunos e dos professores, da visibilidade que eles tinham tanto nas comemorações como nas participações em concursos e palestras e eventos sociais.

Referências

ADIMARI, Maria Fernandes. Escola e cidade: os sentidos dos espaços no Maria Constança. Campo Grande: *Dissertação* (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2005.

ARRUDA, Ângelo M. V.(org) Arquitetura em Campo Grande. Campo Grande, UNIDERP, 1999.

BRAGA, Paulo Henrique Azuaga. A disciplina Educação Física no Maria Constança: expressões da cultura escolar no período de 1954-1964. Campo Grande: *Dissertação* (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006.

CAMPOS, Nilcéia da Silveira Protásio. *Música Na Cultura Escolar: as práticas musicais no contexto da Educação Artística (1971-1996)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2005.

CANDIDO, Antônio. *A estrutura da escola*. IN: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice M. *Educação e Sociedade*. 6ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

GOODSON, Ivor E. *Estúdios del Curriculum: casos y métodos*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

_____. *Currículo: Teoria e História*. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *A Construção social do currículo*. Lisboa: Educa, 1997.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, Panorâmica, n° 2, p. 177-229, 1990.

_____; COMPÈRE, Marie-Madeleine. *As humanidades no ensino*. *Educação e Pesquisa, Revista da Faculdade de Educação da USP*, São Paulo, Jul/Dez, volume 25, n° 2, pp. 149-172, 1999.

ESCOLANO, Agustín. *Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo*. In: *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2ª edição, 1998.

FARIA FILHO, L.M. *Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX*. In: VIDAL, D.G. e SOUZA, M.C.C. A

memória e a sombra. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp. 117-136.

FORQUIN; J. Claude. *Escola e Cultura: a sociologia do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

HAMILTON, David. *O revivescimento da aprendizagem? Educação e Sociedade*, v.23, n.78, Campinas: CEDES, 2002.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação*, n° 1. Campinas(SP): Autores Associados, 9-45, 2001.

_____. *Disciplinas escolares, objetivos, ensino e apropriação*. In MAGALHAES, Justino P. (2004) *Tecendo nexos. A história das instituições educativas*. Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco, 2002.

PESSANHA, Eurize Caldas; GATTI JR., Décio; MARTINEZ, Sílvia Alicia; PASSOS, Laurizete Ferragut; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares; GATTI, Gisele Cristina do Vale; BOYNARD, Maria Amélia de Almeida Pinto; PAVAN, Diva Otero. *Relatório Final do Projeto de Pesquisa: Tempo de cidade. Lugar de escola: um estudo comparativo sobre a cultura escolar de instituições escolares exemplares constituídas no processo de urbanização e modernização das cidades brasileiras (1880-1970)*. Campo Grande/MS: Relatório final de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (Processo: 481397/2004-3). Trabalho não publicado, de circulação restrita. (2007)

ROCHA, Adriana Alves de Lima. *Por uma história do currículo no/do Colégio Maria Constança na década de 1960: cultura docente, práticas e materiais curriculares. Dissertação* (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedex*, ano XX, n° 51, novembro, 2000.

_____. Cultura Escolar e Currículo: aproximações e inflexões nas pesquisas históricas sobre conhecimentos e práticas escolares. IN: XAVIER, Libânia Nacif [et al]. Escola, Cultura e Saberes. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 74-91, 2005.

VIÑAO FRAGO, A. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. IN: Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Trad: Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

VIÑAO FRAGO, A. Espacio y Tiempo, Educación e Historia. México: Cuadernos del IMCED, 1996. VIÑAO FRAGO, A. Espacio y Tiempo, Educación e Historia. México: Cuadernos del IMCED, 1996.

_____. Tiempos Escolares, Tiempos Sociales. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

_____. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. In: Warde, M. J. (org). Contemporaneidade e Educação. Temas de História da Educação. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura da Educação, 2000.

ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, Educação e Currículo no Brasil (dos jesuítas aos anos de 1980). Campinas: Autores Associados, 2004.

FONTES PRIMÁRIAS

REGULAMENTO DO LICEU CAMPOGRANDENSE,
Palácio do Governo do Estado em Cuiabá, 21 de janeiro de 1938.

Livro de Atas do LICEU CAMPOGRANDENSE.

Livro de Portarias do LICEU CAMPOGRANDENSE.

Relatórios de Inspeção Prévia do LICEU
CAMPOGRANDENSE.

Decreto Lei 254, de 15 de março de 1939.

Eurize Caldas Pessanha é Professora-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, coordenadora da Linha de Pesquisa Escola, Cultura e Disciplinas Escolares. Contato: eurizep@hotmail.com

Fabiany de Cássia Tavares Silva é Doutora em Educação: História, Política e Sociedade pela PUC-SP. Professora-pesquisadora da UFMS, do Programa de Pós-graduação em Educação. Coordenadora da Linha de Pesquisa Escola, Currículo e Cultura Escolar, vinculada ao Observatório de Cultura Escolar. Editora do Periódico INTERMEIO. Contato: fabiany@uol.com.br

Recebido em: 15/02/2010

Aceito em: 10/06/2010